



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 11/2015

Data da Reunião Ordinária – 21 de maio de 2015

Início da Reunião 15.00 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Vice-Presidente: Daniel Freire da Encarnação Martins

Vereadores: António Luís Fernandes Mendes

Natércio Francisco Canelhas Candeias

Arsénio de Oliveira Cristóvão

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenadora Técnica



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 53.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 21 de maio de 2015, com início pelas 15.00 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - Núcleo de Tramitação de Processos e Apoio Administrativo - Relação de Despachos -
Mês de Abril/2015 -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

3.1 - Empreitada "Igreja Matriz de Santa Margarida - Requalificação, Acessos e Espaço
Envolvente" -----

4. EDUCAÇÃO E ENSINO -----

4.1 - Gestão dos Estabelecimentos de Ensino do Concelho - Ano Letivo 2015/2016 -----

4.2 - Transportes Escolares 2015/2016 - Normas de Procedimento -----

4.3 - Regulamento CATL - Ano Letivo 2015/2016 -----

5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

5.1 - Agrupamento de Escolas de Constância - XX Pomonas Camonianas - Apoio para
produção de peça de Teatro -----

5.2 - Agrupamento de Escolas de Constância - Acampamento - Isenção de taxas (7.9.5) -----

5.3 - União Jazz Malpiguense - Pedido de troféu (7.1.4.2) -----

5.4 - Casa do Povo de Montalvo - 6.º Torneio de Futebol Juvenil - Oferta de Troféu -----

6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE -----

6.1 - Bombeiros Voluntários de Constância - Apoio na Preparação Física do Bombeiro -
Isenção de taxas (7.2.2.4) -----

6.2 - Parecer Prévio Vinculativo - Contratação de Prestação de Serviços de (Impressão e
Remessa das Faturas de Água) e (Criação das Faturas em PDF e Expedição ao Cliente) -----

7. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 21 de maio de 2015

O VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA,

(Daniel Freire da Encarnação Martins)



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e quinze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente, Daniel Freire da Encarnação Martins, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores: António Luís Fernandes Mendes, Natércio Francisco Canelhas Candeias e Arsénio de Oliveira Cristóvão. -----

Faltou a esta reunião a Senhora Presidente, Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim, por se encontrar de férias. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenadora Técnica; Jorge Heitor, Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Vice-Presidente declarou aberta a reunião, eram quinze horas. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Senhor Vereador António Luís Fernandes Mendes, do Partido Socialista: “1- Quem é a entidade organizadora do Programa ERASMUS+, qual é o apoio da Câmara, quais os critérios de seleção dos alunos para integrarem o referido projeto?-----

2- Viagem de estudo – sabendo que o autocarro não tem capacidade para todos os alunos, deveria entrar uma cláusula nas normas de participação, onde constasse que os alunos que participaram no Programa ERASMUS+ deveriam ficar como suplentes;-----

3 – O parque infantil junto à antiga escola primária está com muito mau aspeto”.-----

Intervenção do Senhor Vice-Presidente: “Em relação ao ponto 1, esclarecer que o ERASMUS+ é um programa da Comissão Europeia, cujas entidades se candidatam com base em projetos que desenvolvem em parceria com outras entidades, tanto a nível nacional como internacional. Os projetos, que o Agrupamento de Escolas se candidatou neste âmbito têm temáticas próprias e envolve os alunos que o Agrupamento entende serem os indicados conforme os objetivos que são definidos para o projeto. Sobre o ponto 2, informo que são projetos completamente diferentes, tendo em conta o que referi no ponto anterior, sendo que a visita de estudo que se desenvolve em parceria com as Câmaras Municipais de Mação e Sardoal tem normas próprias, concertadas entre os três municípios. Em relação ao ponto 3, estamos de acordo, sendo que o parque infantil não está aberto à utilização pública, mas estamos a desenvolver os procedimentos necessários para retirar esse equipamento do local”.

Intervenção do Senhor Vereador Natércio Francisco Canelhas Candeias, do Partido Socialista: “1- Está a ser feita a conservação do muro da Quinta da D. Maria, sugeria a colocação de azulejos idênticos aos que estão nas paragens de autocarro.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

2- Gostaria de saber se a Câmara tem conhecimento de ligações clandestinas de furos de água à rede pública de abastecimento. -----

3- Gostaria de saber se as atividades no relvado sintético em Montalvo estão a correr bem”.

Intervenção do Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU“1- Não está previsto colocar qualquer tipo de azulejo no muro pelo facto de os mesmos descaracterizarem o traço arquitetónico do edifício”. -----

Intervenção do Chefe da Divisão Municipal de Serviços Técnicos: “ Relativamente ao ponto 2, não tenho conhecimento de qualquer situação, nem me parece que isso seja possível.-----

Intervenção do Senhor Vereador Arsénio de Oliveira Cristóvão, da CDU: Está a decorrer um torneio de futebol de sete, organizado pela Câmara Municipal de Constância com o apoio da Casa do Povo de Montalvo, envolvendo as associações e as empresas do Concelho à semelhança daquilo que foi feito em anos anteriores no pavilhão municipal, mas na vertente de futsal”.-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações: -----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - NÚCLEO DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS E APOIO ADMINISTRATIVO

- RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE ABRIL/2015: Foi presente relação de todos os despachos exarados pela Sr.ª Presidente, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de abril. -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 20 de maio de 2015, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 3.452,03 (três mil quatrocentos e cinquenta e dois euros e três cêntimos);

Instituições de Crédito: € 551.704,26 (quinhentos e cinquenta e um mil setecentos e quatro euros e vinte seis cêntimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.613,47** (quatro mil seiscentos e

treze euros e quarenta e sete cêntimos); **Soma: € 560.624,76** (quinhentos e sessenta mil seiscentos e vinte e quatro euros e setenta e seis cêntimos); **Em Documentos: € 13.146,85**

(treze mil cento e quarenta e seis euros e oitenta e cinco cêntimos); **TOTAL: € 573.771,61** (quinhentos e setenta e três mil setecentos e setenta e um euros e sessenta e um cêntimos);



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 458.081,68 (quatrocentos e cinquenta e oito mil oitenta e um euros e sessenta e oito centimos); - **Operações de Tesouraria: € 102.543,08** (cento e dois mil quinhentos e quarenta e três euros e oito centimos). -----

2.2 – PAGAMENTOS -----

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 27/04/2015 a 15/05/2015, na importância global de € 112.613,58 (cento e doze mil seiscentos e treze euros e cinquenta e oito centimos). -----

-----3. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS-----

3.1 - EMPREITADA "IGREJA MATRIZ DE SANTA MARGARIDA - REQUALIFICAÇÃO, ACESSOS E ESPAÇO ENVOLVENTE" -----

INFORMAÇÃO DA DMST: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação em vigor não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivas das empreitadas, sugere-se que o mesmo seja aprovado mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no citado diploma legal, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser feito por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no artigo 398º do Código de Contratos Públicos, definido pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de janeiro, adiante designado simplesmente por CCP. -----

Em função do exposto, propõe-se que o *auto de receção definitiva* da empreitada supra citada e que se anexa, elaborado nos termos dos artigos 394º e 395º do CCP, seja submetido à aprovação do Executivo Camarário, nos termos e condições que estão devidamente identificadas no seu conteúdo. -----

Mais se informa que, serão aplicados à vistoria e ao auto de receção definitiva, os preceitos que regulam a receção provisória da respetiva empreitada, quanto às mesmas matérias, de acordo com o estipulado no n.º6 dos artigos 398 do CCP. -----

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA: “Da empreitada, Igreja Matriz de Santa Margarida – Requalificação, Acessos e Espaço Envolvente, adjudicada a MENDES & GONÇALVES, S.A, pelo MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, por contrato de catorze de dezembro de dois mil e sete, pela importância de € 418.117,99 (Quatrocentos e Dezoito Mil Cento e Dezassete Euros e Noventa e Nove Centimos). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

Ao Oito (8) dias de abril de Dois Mil e Quinze, compareceram no local da obra o Sr. Eng.º Sérgio Paulo Fernandes Correia como representante do dono da obra e o Sr. Amândio Mendes da Silva como representante do adjudicatário, tendo verificado que os trabalhos se encontravam, bem conservados, razão porque a considera em condições de ser recebida definitivamente. -----

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o auto de receção definitiva. -----

-----4. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

4.1 - GESTÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO - ANO LETIVO 2015/2016 -----

INFORMAÇÃO: “Como é do conhecimento da Câmara Municipal, por imperativo do Decreto-lei 115-A/98, que aprova o regime de autonomia administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e do ensino básico e secundário, bem como os respetivos agrupamentos, está constituído o Agrupamento de Escolas de Constância. Deste modo, as verbas normalmente destinadas às escolas do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância para aquisição de produtos de limpeza, material didático e de desgaste, assinatura de telefone deverão ser atribuídas à Escola Básica e Secundária Luís de Camões – Agrupamento de Escolas de Constância, à semelhança do procedimento adotado no ano letivo transato. -----

Face ao exposto, sugere-se que seja transferida a respetiva verba relativa a: -----

- a) Aquisição de material de desgaste (lápiz, canetas, envelopes, etc) - € 500,00 (quinhentos euros); -----
- b) Verba para limpeza, correspondente a €12,00 (doze euros) sala/mês= 37x€12x12 meses=€5.328,00 (cinco mil trezentos e vinte e oito euros); -----
- c) Verba correspondente à assinatura de telefones nas escolas do 1º ciclo e jardins de infância, num total de quatro assinaturas- 4X€20,53¹x12=€ 985,44 (novecentos e oitenta e cinco euros e quarenta e quatro centésimos). Esta verba deverá ser transferida mediante comprovativo apresentado pelo Agrupamento de Escolas de Constância; --
- d) Verba para fazer face às despesas de telefone de carácter urgente no valor de €40,00 (quarenta euros)/ano/escola =€40x4=€ 160,00 (cento e sessenta euros); -----
- e) Verba referente à aquisição de material didático no valor de €3,00 (três euros) por aluno/ano; -----

¹ Valor sujeito a alteração de acordo com as taxas da Portugal Telecom.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

- f) Verba de €500,00 (quinhentos euros) para fazer face a material de desgaste informático”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar de acordo com a informação prestada. -----

4.2 - TRANSPORTES ESCOLARES 2015/2016 - NORMAS DE PROCEDIMENTO ---

INFORMAÇÃO: “Considerando o necessário planeamento e organização dos transportes escolares para o próximo ano letivo 2015/2016, coloca-se à consideração superior as normas de procedimento que abaixo se indicam. -----

-----NORMAS DE PROCEDIMENTO-----

-----TRANSPORTES ESCOLARES 2015/2016-----

-----DISPOSIÇÕES GERAIS-----

De acordo com a lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, é competência das Câmaras Municipais (Artº. 33, nº1, alínea gg) assegurar, organizar e gerir os transportes escolares. O decreto-lei 299/84, de 5 de Setembro, vem regulamentar o modo como se deverá efetuar a atribuição deste direito, onde está prevista a população abrangida, bem como o modo como decorre o funcionamento dos transportes escolares. -----

É objetivo da Câmara Municipal de Constância definir e clarificar os procedimentos no âmbito dos Transportes Escolares, nomeadamente, no que diz respeito aos apoios contemplados pela legislação em vigor. -----

-----NORMAS DE APLICAÇÃO-----

-----1- Alunos a estudar no concelho-----

1.1-É da competência dos Municípios assegurar/comparticipar o transporte escolar dos alunos residentes no concelho, entre o local de residência e o local dos estabelecimentos de ensino que frequentam, a todos os alunos do Ensino Básico e Secundário, quando residam a mais de 3km ou 4km dos estabelecimentos de ensino, respetivamente sem ou com refeitório, desde que cumpram os seguintes requisitos: -----

- a) Os alunos do ensino básico e secundário do concelho que frequentem a Escola Básica e Secundária Luís de Camões; -----
- b) Os alunos residentes no concelho que frequentem cursos noutros estabelecimentos de ensino, cujos cursos/áreas não funcionem em Constância; --
- c) Os alunos da freguesia de Santa Margarida da Coutada e do lugar de Constância Sul que frequentem o Centro Escolar de Santa Margarida; -----

-----2 -Alunos a estudar fora do concelho-----

2.1 – Serão abrangidos pela comparticipação de transporte escolar, os alunos do concelho no ensino secundário a frequentarem escolas secundárias noutros concelhos desde que não



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

exista essa oferta formativa na Escola Básica e Secundária Luís de Camões, bem como os alunos que residam no concelho e que se matriculem nos nossos estabelecimentos de ensino, mas que lhes é recusada a matrícula; -----

2.2- Não serão abrangidos por comparticipação de transporte escolar os alunos do 10º ano residentes no concelho que no ato da matrícula indiquem estabelecimentos de ensino fora do concelho (em 1ª opção), existindo essa oferta formativa em Constância. -----

-----3- Outras situações-----

3.1 – O Município poderá comparticipar os alunos não residentes no concelho a frequentarem a Escola Básica e Secundária Luís de Camões, mediante fundamentação por parte da Direção do Agrupamento de Escolas de Constância da pertinência desses alunos no Agrupamento. -----

3.2 – Todas as situações de falsas declarações verificadas implicarão a suspensão imediata do apoio atribuído. -----

3.3 – Todos os casos omissos neste documento deverão ser remetidos por escrito para a Câmara Municipal de Constância – Gabinete de Ação Social, Saúde e Educação, com a respetiva fundamentação e documentação que seja possível anexar para análise dos serviços.

3.4 – Todos os casos que não se encontram previstos no presente documento, serão analisados caso a caso”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar de acordo com a informação prestada. -----

4.3 - REGULAMENTO CATL - ANO LETIVO 2015/2016 -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “No seguimento do acordo no âmbito da Componente de Apoio à Família no Pré-escolar e 1.º ciclo que a Câmara Municipal desenvolve em todo o concelho em parceria com o Agrupamento Escolas de Constância e a IPSS “Os Quatro Cantos do Cisne – Associação para o Desenvolvimento Social e Comunitário”, proponho que o executivo delibere no sentido de aprovar o Regulamento proposto pela entidade Coordenadora no Concelho da valência social Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL), conforme anexo a esta informação. -----

Para agilizar a análise comparativa com os anos anteriores, as alterações dignas de registo são as seguintes: -----

1. O aumento de € 2,5 nas mensalidades do pré-escolar; -----
2. No 1.º ciclo houve a inclusão do fator de sustentabilidade (cerca de 15€) o que se deve, e de acordo com a associação, ao facto de ter sido elaborado um estudo com as novas formas de cálculo dos escalões da Segurança Social, tendo sido identificado que algumas prestações seriam de 3 ou 4€ mensais. Assim, e para conseguirem a



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

sustentabilidade da valência e consequente qualidade do serviço prestado, decidiram propor a introdução deste facto; -----

3. O valor máximo de prestação no 1.º ciclo é de 50€”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o Regulamento. -----

-----5. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

5.1 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA - XX POMONAS CAMONIANAS - APOIO PARA PRODUÇÃO DE PEÇA DE TEATRO -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “-----

1. Considerando o enorme envolvimento da comunidade escolar no evento POMONAS CAMONIANAS desde sempre; -----
2. Considerando que em 2015 o Agrupamento conseguiu mobilizar alunos, docentes e não docentes no sentido de criar uma peça de teatro baseada na obra de Camões e o período que permaneceu em Constância; -----
3. Considerando que se trata de uma dramatização que irá ocorrer em diferentes locais no Centro histórico de Constância e Zonas Ribeirinhas, obrigando a que seja disponibilizada uma logística com alguma complexidade; -----
4. Considerando que Constância tem características, por excelência, para ser palco e estrutura para eventos culturais, concretamente sobre a temática dos Poetas que em determinados períodos da sua vida escolheram Constância para viver e criar; -----
5. Considerando que o grau de motivação elevado de todos os envolvidos neste evento XX POMONAS CAMONIANAS, e muito particularmente os que estão envolvidos na Peça de teatro “PASSA A SER VOSSO”; -----
6. Considerando que é estrategicamente para o Concelho uma prioridade a fruição Cultural no território, e o público-alvo a envolver são os mais Jovens; -----
7. Considerando que informalmente esta peça de teatro, juntamente com a produção teatral que a Escola fez para um projeto EDP PRODUÇÃO durante o presente ano letivo, fez com que se criasse um “grupo de teatro” denominado “TOMEM LÁ”, formado por alunos e docente; -----

Proponho que a Câmara Municipal delibere apoiar com 750€ o Agrupamento Escolas de Constância para fazer face a despesas com a produção do espetáculo de Teatro a realizar no próximo dia 9 de Junho 2015, pelas XX POMONAS CAMONIANAS”-----

A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar com a verba de € 750,00 (setecentos e cinquenta euros). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

5.2 - AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE CONSTÂNCIA - ACAMPAMENTO - ISENÇÃO DE TAXAS -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR DANIEL MARTINS: “Na sequência do pedido formulado pelo Agrupamento Escolas de Constância (em anexo), no que concerne à isenção do pagamento de utilização do Parque de Campismo e Caravanismo Municipal de Constância, na noite de 1 para 2 de Junho, proponho que o executivo delibere favoravelmente tendo em conta os seguintes considerandos: -----

- a) Trata-se de uma iniciativa com um grande historial no Agrupamento, que junta no equipamento Municipal Parque de Campismo os Alunos (6ºano), docentes, não docentes e encarregados de educação; -----
- b) É um evento com objetivos de valorização da relação interpessoal e aprendizagem não-formal entre atores educativos pela altura de término do ano letivo; -----
- c) Considerando as reservas que temos confirmadas até ao momento, existe disponibilidade neste, para o dia solicitado”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, isentar o pagamento de utilização do Parque de Campismo e Caravanismo Municipal de Constância. -----

5.3 - UNIÃO JAZZ MALPIQUENSE: Carta datada de 29 de abril de 2015, solicitando a oferta de um troféu, para ser oferecido aos participantes do Convívio Piscatório, que se irá realizar no dia 31 de maio de 2015, no Açude de Santa Margarida. -----

INFORMAÇÃO: “Em referência ao assunto supracitado, cumpre-me informar que a Coletividade reúne as condições para poder ser apoiada”.-----

A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar com a oferta de um troféu. -----

5.4 - CASA DO POVO DE MONTALVO: Ofício n.º 77-15, datado de 12 de maio de 2015, solicitando a oferta de um troféu, para ser oferecido aos participantes do 6.º Torneio de Futebol Juvenil. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar com a oferta de um troféu. -----

-----6. OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE-----

6.1 - BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE CONSTÂNCIA - APOIO NA PREPARAÇÃO FÍSICA DO BOMBEIRO - ISENÇÃO DE TAXAS -----

INFORMAÇÃO DO VEREADOR ARSÉNIO CRISTÓVÃO: “Atendendo que a solicitação do Comandante dos Bombeiros Voluntários de Constância, se enquadra na atividade do Nadador Salvador, naquilo que o desempenho da função exige, propõe-se que se isentem no pagamento das taxas, os seis (6) bombeiros constantes na relação enviada pela instituição”.--

A Câmara deliberou por unanimidade, isentar o pagamento das taxas. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

6.2 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO - CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE (IMPRESSÃO E REMESSA DAS FATURAS DE ÁGUA) E (CRIAÇÃO DAS FATURAS EM PDF E EXPEDIÇÃO AO CLIENTE) -----

INFORMAÇÃO: “A Lei N.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2015, veio manter e atualizar um conjunto de melhorias com vista a reduzir os encargos do Estado e das entidades públicas em geral. -----

Aí se consagrou, no n.º 5 do artigo 75º, que carece de parecer prévio vinculativo do membro do Governo responsável pela área das finanças, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a: -----

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença; -----
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objeto seja a consultadoria técnica. -----

No n.º 12 do mesmo diploma estatuiu-se que “Nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 5 é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do n.º 6, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010, de 28 abril, 66/2012 de 31 de dezembro e 80/2013 de 28 de novembro.” -----

Continua, no entanto, a não estar publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6º, do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 3 de setembro, o que faz com que para a Administração Local não exista regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previsto no n.º 12 do artigo 75º, da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro e no n.º 1 do artigo 6º, do Decreto-Lei 209/2009 de 3 de setembro, alterado pelas Leis n.ºs 3-B/2010 de 28 abril, 66/2012, de 31 de dezembro e 80/2013 de 28 de novembro. -----

Apesar de tal ausência de regulamentação para a Administração Local poder conduzir à inexigibilidade de adotar o regime ali previsto, tem sido entendimento da Câmara Municipal de Constância, que a contratação abrangida por aquele diploma está sujeita a parecer prévio deste órgão, de carácter concreto ou genérico. O Município de Constância deve garantir que são criados instrumentos destinados a assegurar a eficiência e eficácia na gestão em matéria de contratação pública. -----

Tendo em conta que: -----

1. Se verifica a necessidade de contratar a prestação de serviços, conforme mencionado na informação em referência 1; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

2. A referida contratação será, ao abrigo do preceituado na alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, desenvolvida através dum procedimento de ajuste direto com convite a uma entidade; -----

3. A contratação será para a prestação de serviços de impressão e remessa das faturas de água e criação das faturas em pdf e expedição ao cliente; -----

4. O Município de Constância tem desenvolvido ao longo dos últimos anos, diversos procedimentos de contratação com a contraparte mencionada no impresso em anexo, pelo que, e de acordo com o preceituado no artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014 de 31 de dezembro, se encontra sujeita à aplicação da redução remuneratória, nos termos previstos na Lei 75/2014 de 12 de setembro. -----

Assim proponho que, conforme exposto e tendo em conta as disposições legais citadas, a Câmara Municipal de Constância, delibere: -----

Emitir parecer prévio vinculativo favorável à contratação da prestação de serviços, designada em epígrafe, nos termos do n.º 12 do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro".-----

PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO – 13/2015 -----

1	IDENTIFICAÇÃO DA U.O. /SERVIÇO
	DIVISÃO MUNICIPAL ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

2	PROCEDIMENTO
2.1	Tipo: AJUSTE DIRETO REGIME NORMAL
2.2	Proc.: - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REMESSA DAS FATURAS DE ÁGUA E CRIAÇÃO DAS FATURAS EM PDF E EXPEDIÇÃO AO CLIENTE.

3	CARATERIZAÇÃO DO OBJETO CONTRATUAL
3.1	<input checked="" type="checkbox"/> Nova contratação Modalidade: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS
	<input type="checkbox"/> Renovação de contrato Data do contrato a renovar: ____/____/____ Proc. n.º ____/____
3.2	Descrição do objeto contratual: - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO E REMESSA DAS FATURAS DE ÁGUA E CRIAÇÃO DAS FATURAS EM PDF E EXPEDIÇÃO AO CLIENTE.
3.3	Prazo de contratação: 36 (TRINTA E SEIS) MESES.
3.4	O contrato proposto tem idêntico objeto de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

4	CARACTERIZAÇÃO DA CONTRAPARTE (ENTIDADES A CONVIDAR)
---	--



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

4.1	- CTT – CORREIOS DE PORTUGAL, SA. NIF: 500077568
4.2	O contrato proposto integra a <u>mesma contraparte</u> de contrato vigente em 2014? <input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não

5	CONTRATAÇÃO EXTERNA
5.1	Fundamentação da <u>ausência de subordinação</u> jurídica em resultado do contrato e da inconveniência de recurso a qualquer modalidade jurídica de emprego público: - A contratação em causa é destinada à prestação de serviços de impressão e remessa das faturas de água e criação das faturas em pdf e expedição ao cliente.
5.2	Prova de <u>inexistência de pessoal em SME</u> apto para o exercício das funções:

6	DEMONSTRAÇÃO DA REDUÇÃO REMUNERATÓRIA COM REFERÊNCIA A CONTRATO COM IDÊNTICO OBJETO E/OU CONTRAPARTE VIGENTE EM 2014 (caso tenha existido)
6.1	Valor do contrato anterior : <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.2	Valor do contrato proposto : <input type="checkbox"/> Global <input type="checkbox"/> Mensal <input type="checkbox"/> Unitário <input type="checkbox"/> Outro
6.3	<input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada: € ____ Taxa: % <input type="checkbox"/> Redução remuneratória aplicada por agregação (aplicável sempre que em 2015 a <u>mesma contraparte</u> preste mais de um serviço à C. M.) € ____, ____ Taxa: %
6.4	Justificação (com os cálculos respetivos) para a variação sempre que a prova da dedução não resulte diretamente dos valores referidos em 6.1, 6.2 ou 6.3:

7	FUNDAMENTO DA NÃO SUJEIÇÃO A REDUÇÃO REMUNERATÓRIA
7.1	<input type="checkbox"/> O contrato não atinge o valor mínimo de €



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

7.2	<input type="checkbox"/> Trata-se de <u>renovação</u> de contrato anterior cuja celebração/renovação já foi objeto da redução e obteve parecer favorável.
7.3	<input type="checkbox"/> Se tratar de <u>celebração</u> de contrato anterior cuja celebração já foi, em 2013 e em 2014, objeto das reduções, obteve, nos mesmos anos, parecer favorável, e a quantidade a contratar e o valor a pagar não são superiores aos de 2014.
7.4	<input type="checkbox"/> Em 2014 não existe contrato com idêntico objeto conhecido, sendo assim materialmente impossível, por falta de valor de referência, determinar o valor da redução. Houve, no entanto, a preocupação de realizar uma prospeção ao mercado e de fixar um preço base de procedimento reduzido em cerca de 12% em relação ao preço que dela resultou.
7.5	<input type="checkbox"/> Outra justificação

8	COMPROMISSOS PLURIANUAIS
	A contratação está sujeita a autorização para assunção de encargos plurianuais? <input type="checkbox"/> Não. <input checked="" type="checkbox"/> Sim.

9	DECLARAÇÃO DE CABIMENTO
	<ul style="list-style-type: none">Ano em curso - o encargo previsto encontra-se cabimentado: RI 565 . Cl. Orçamental: _____ N.º cabimento: _____ Valor: € _____, 00 Saldo Disponível € _____, _____ <p>O Responsável pela Contabilidade _____</p>

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o parecer prévio vinculativo. -----

-----7. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----8. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Vice-Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente e por mim _____,



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 11/2015 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 21-05-2015

Coordenadora Técnica, servindo de Secretária, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do artigo quinquagésimo sétimo da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

O Vice-Presidente da Câmara,

A Coordenadora Técnica,

